


“Falamos de paz onde não há”: representações da vida em comunidade entre jovens residentes em um Território de Paz

Luciane Marques Raupp^{a*} 

Fabiane Spohr^b 

Cléber Gibbon Ratto^b 

Juliana Corrêa Pacheco^b 

Miriani Santos da Silva^b 

Carla Nunes Weber^b 

^aUniversidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil

^bUniversidade La Salle. Canoas, RS, Brasil

Resumo: Estudo de cunho etnográfico que visou compreender os efeitos do projeto Território de Paz sobre o cotidiano, as vivências comunitárias e os projetos de vida de jovens do bairro Guajuviras, localizado em Canoas (RS), e marcado pelo tráfico de drogas, pela violência e pelo estigma. Serão focalizados os resultados da análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas feitas com 34 jovens (entre 18 e 29 anos) residentes no bairro sobre os temas relacionados a trabalho, estudo, lazer e percepções sobre o bairro e sobre o projeto Território de Paz. O estudo apontou para a importância do trabalho em políticas públicas de forma sensível aos modos de vida das juventudes ao assinalar que a maioria dos entrevistados teve sua vida afetada pela violência e não percebe como efetiva sua diminuição após a implantação do projeto que os tinha como principal público-alvo.

Palavras-chave: violência, juventudes, identidade, políticas públicas.

Introdução

Que eu saiba, é pra ser um território que tenha paz, mas é o que o Guajuviras não tem.
(Relato de um dos jovens entrevistados)

Quais as representações dos jovens acerca de seu cotidiano em um bairro estigmatizado como violento? De que maneira as vivências típicas da idade são influenciadas pela experiência de viver em um lugar conhecido por altos índices de violência? A juventude do bairro Guajuviras sabe o que é Território de Paz? Houve mudanças nas relações das juventudes com o bairro após a implementação deste projeto? Essas foram algumas das questões suscitadas na realização de uma pesquisa que, durante dois anos (2015 a 2017), envolveu um amplo trabalho de campo no bairro Guajuviras, localizado no município de Canoas (RS).

O local estudado tem uma história de surgimento semelhante a outras comunidades de baixa renda no Brasil, desenvolvendo-se a partir da ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti da então Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (Cohab), em abril de 1987. Este conjunto havia sido planejado para abrigar trinta mil unidades residenciais, embora, até o momento da ocupação, o projeto não houvesse sido

concluído (Penna, 1998). Posteriormente, a comunidade foi crescendo para além do plano original, a partir da ocupação de áreas verdes, produzindo fragmentações e conflitos que colaboraram para o crescimento da violência (Penna, 1998; Teixeira, 2015).

Atualmente, o bairro abriga em torno de setenta mil habitantes, sendo que cerca de 30% deles são jovens (Teixeira, 2015), e é predominantemente reconhecido no estado como um local típico de periferia urbana, ou seja, pobre e violento, mas que se destaca como uma comunidade com marcas claras de pertencimento, palco de manifestações culturais e artísticas. O interesse pelo estudo do bairro foi suscitado pelo fato de ele abrigar, no período de 2009 a 2016, um projeto de segurança pública denominado “Território de Paz”, que surgiu em âmbito nacional como meio para a construção de comunidades menos violentas em bairros com altos índices de homicídios (Silvério & Medeiros, 2011). O Território de Paz do Guajuviras se destacou pela redução significativa nos índices de violência nos anos iniciais de transformação do bairro.

Apesar do que demonstram os dados quantitativos, são ainda escassas as investigações qualitativas acerca das vivências dos moradores de Territórios de Paz, com foco no impacto dessas ações na esfera psicossocial de suas vidas. Nesse sentido, justifica-se a relevância deste estudo, que buscou compreender os efeitos da implementação do projeto Territórios de Paz sobre o cotidiano e a construção de identidades dos jovens habitantes do bairro.

* Endereço para correspondência: lucianemraupp@gmail.com



Da adolescência às juventudes: demarcando diferenças e reivindicando direitos

As questões relacionadas à juventude têm sido foco de diversos estudos, principalmente a partir dos anos 1960, os quais, tendo por base distintos referenciais teóricos, buscavam compreender a pluralidade de suas formas de vida, descrevendo práticas culturais, de lazer, redes de sociabilidade, relações de troca, de conflito, dentre outras (Trancoso & Oliveira, 2015). Nesses estudos, a juventude é definida como uma condição social e um tipo de representação, tendendo a ser pensada à luz dos processos mutáveis e transformativos que caracterizam as sociedades, bem como dos agenciamentos dos quais os jovens são e produzem efeitos a partir do potencial de transformar a realidade social (Anhas & Castro-Silva, 2018; Takeiti & Vicentin, 2016).

Convencionalmente, nas sociedades ocidentais utiliza-se a faixa entre os 12 e 18 anos de idade como marcador etário para designar a adolescência, caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvolvimento, de preparação para uma inserção futura. Já o termo juventude comumente é utilizado para fazer referência à fase posterior à adolescência, com foco na construção de trajetórias de entrada na vida social, a partir de uma perspectiva sócio-histórica (Trancoso & Oliveira, 2015). Nessa linha, adotada principalmente pela psicologia, o conceito de adolescência difere do de juventude ao focar as ressonâncias psíquicas das transformações corporais advindas com a puberdade e a necessidade de construção de uma nova imagem corporal que provocaria um trabalho psíquico de ressignificação do adolescente que passa por tantas mudanças internas que ressoam no social, convocando-o a novos desafios (Moreira, Rosário & Santos, 2011). Sob essa visão, existiria uma “adolescência universal”, processo que conduziria à aquisição das características psicológicas e sociais da condição adulta.

Contrapondo essa visão, estudos clássicos da área da Antropologia delimitaram diferenças importantes na passagem de uma fase da vida a outra, entre distintos povos e épocas, relativizando da universalidade da adolescência.

Deve-se a Margaret Mead, com seus estudos em tribos da Nova Guiné e de Samoa, e a Ruth Benedict e suas pesquisas sobre os índios americanos, o reconhecimento inicial da importância dos fatores culturais no desenvolvimento juvenil, através de suas descrições das variações do comportamento jovem em distintas sociedades. (Raupp, 2006)

Segundo Philippe Ariès (1981), a noção de adolescência surge apenas ao final do século XVIII nas sociedades ocidentais, atestando que até então a passagem da infância para a adultez se efetuava sem transições.

Portanto não seria em todo o percurso da civilização ocidental, mas apenas a partir da modernidade que se encontraria o que hoje é caracterizado como adolescência ou juventude. Assim, passou-se a considerar que as fases do desenvolvimento humano só podem ser definidas a partir de certas condições culturais, como a passagem da sociedade tradicional à moderna no ocidente, que teria propiciado as condições de possibilidade para a emergência social de uma fase caracterizada como uma passagem da infância à idade adulta. É nesse contexto que a juventude passa a ser considerada um período crítico, porque é associada ao desaparecimento de fatores da sociedade tradicional que garantiam unidade e estabilidade social, sendo então necessário um tempo maior para o preparo à entrada na vida adulta.

Na atualidade, ao buscar demarcar diferenças conceituais em relação ao caráter universalizante e naturalizante do conceito de adolescência, autores destacam a importância de descolar esses processos de recortes tradicionais que definem os jovens como um grupo homogêneo, mera expressão de parâmetros demográficos, biológicos e/ou psicológicos, os quais são importantes como marcadores iniciais, mas insuficientes para demarcar todos os aspectos socioculturais presentes nessa etapa (Abramovay & Esteves, 2007; Bock, 2007). A definição cronológica de adolescência e juventude cai totalmente em desuso em uma sociedade complexa e transformativa como a atual, pois, como resposta a câmbios financeiro-estruturais, cada vez mais frequentes em economias globalizadas, não há uma trajetória estandardizada que assinale um início e fim inequívocos da juventude diante da multiplicidade de culturas juvenis.

No que concerne ao campo das políticas públicas para a juventude, há muito se fala nos direitos dos jovens no Brasil. No entanto uma legislação que de fato dê garantias efetivas a essa parcela significativa da população é recente e depara com grandes desafios entre o que está dado na lei, a orientação das políticas públicas e as possibilidades para sua efetivação plena. Historicamente, as políticas para a infância e juventude no Brasil foram instituídas devido à necessidade de propor ações e criar instituições capazes de responder ao crescente processo de marginalização dos jovens pobres, principalmente a partir da década de 1960, como medida de prevenção social (González, 2015).

Como um reflexo da falta de priorização desse segmento social, apenas no ano de 2010 os jovens foram inseridos como sujeitos de direitos na Constituição Federal, data na qual foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2008 chamada de “PEC da Juventude”. A proposta incluiu o termo juventude na Constituição Federal e dispôs sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude (Silva & Silva, 2011). Somente alguns anos mais tarde foi aprovado o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), instrumento legal que determina que os direitos dos jovens devem ser garantidos e promovidos pelo Estado.

Desde então ocorreram avanços para institucionalizar esses direitos, embora se evidencie que os marcos que estruturam esse movimento de afirmação de direitos deparam com dificuldades no avanço e na concretização, dadas as diferenças regionais e a desigualdade social brasileira.

Territórios de Paz

Criado no ano de 2007 pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) se caracterizou pela implantação de uma série de ações e projetos na área de segurança pública em diversas cidades com altos índices de violência. Visava à prevenção, ao controle e à repressão da violência e da criminalidade (Teixeira, 2015). Devido aos elevados índices de criminalidade e tráfico de drogas o município de Canoas foi contemplado, a partir das ações do Pronasci, com o projeto Território de Paz, implantado inicialmente no bairro Guajuviras e posteriormente no bairro Mathias Velho, a fim de implementar ações para a prevenção e a contenção da violência (Cidades Sustentáveis, 2015).

Apesar de se caracterizar como uma tecnologia de segurança comunitária direcionada ao território, a juventude acaba sendo o principal destinatário desse tipo de intervenção, seja visando sua proteção ou conter suas expressões. Se considerarmos a intensidade do impacto dos processos de criminalização sobre os jovens pobres, principalmente negros e pardos, moradores das periferias, torna-se fundamental estudar o ponto de vista desses atores sociais acerca do impacto dessas ações, bem como compreender suas visões de mundo e perspectivas de convivência comunitária em tais contextos (Cruz, Guareschi & Battistelli, 2018; Raupp, 2017).

Estudos que enfocam as relações entre a violência urbana e seus reflexos no cotidiano de jovens residentes em locais violentos sugerem que o fenômeno violência tem expressões espacialmente configuradas, produzindo impactos concretos nas instâncias de identidade e nos projetos de vida dos residentes. “A pessoa em situação de pobreza pode ser abordada como possuidora de uma identidade de oprimido e de explorado que está baseada na sobrevivência, na violência e no medo fruto de uma ordem social opressora” (Moura & Ximenes, 2016). Viver em locais apontados pela mídia como sítios de exclusão e violência traz consequências que impactam diretamente nas trajetórias de vida dos habitantes desses espaços, ocultando sua diversidade e assim projetando nos sujeitos os significados sobre os lugares (Gamalho & Heidrich, 2012; Melsert & Bock, 2015).

No bairro Guajuviras, o projeto Território de Paz inicialmente se destacou por melhorar de forma sensível as condições de vida e de segurança em um local antes conhecido como “Bagdá Gaúcha”. A iniciativa surgiu da parceria entre os governos federal, estadual e municipal, e foi baseada em três frentes articuladas: inclusão e coesão social; inteligência e tecnologia; integração e policiamento

comunitário (Cidades Sustentáveis, 2010). Essas ações buscavam também estabelecer vínculos entre os moradores para que pudessem usufruir das políticas e equipamentos sociais implantados no bairro e, por meio desse vínculo, melhorar a comunicação entre a comunidade e as esferas do poder, uma vez que compreendem-se as manifestações de violência como algo que acompanha a história da humanidade, seguida de prejuízos econômicos, sociais e políticos (Souza & Minayo, 2017).

Ao abordar o paradoxo democracia e violência, Trassi e Malvasi (2010) dão o nome de democracia disjuntiva às contradições na história recente do Brasil, em que o Estado de direito coexiste com a violação dos direitos civis. Segundo os autores, os jovens das periferias brasileiras são os que mais sofrem com esse processo de estereotipação como criminosos por sinais diacríticos (cor de pele, estilo de roupa e acessórios, por exemplo), a negação de seus direitos e a naturalização da punição sobre seu corpo.

Na dimensão preventiva, o projeto Território de Paz impulsionou a instalação de múltiplos equipamentos sociais no território, como os projetos Mulheres da Paz, Justiça Comunitária, Casa das Juventudes, Agência da Boa Notícia, Casa Lilás e investimento na recuperação de espaços públicos (Teixeira, 2015). Nos âmbitos de inteligência, elegeu a informação como via para inibir ações criminosas com a instalação de câmeras de segurança, sistema de audiomonиторamento para detecção de tiros e cruzamento de informações, além dos projetos de Ronda Escolar e Comunitária efetivados pela Guarda Municipal (Cidades Sustentáveis, 2015). Buscando desenvolver a inclusão social dos jovens moradores, principalmente dos portadores de histórico (pessoal ou familiar) relacionado à criminalidade, foram criadas a Agência da Boa Notícia (projeto que atua sobre a questão da violência por meio de ações de comunicação social), a Praça das Juventudes (complexo desportivo e de lazer) e um Centro de Referência para as Juventudes, a Casa de Juventudes (CJ), o qual foi o parceiro fundamental deste estudo.

Percursos metodológicos: construindo formas de aproximação dos jovens

Essa pesquisa, no método etnográfico, inspirou-se principalmente no modo de se inserir em campo, interagindo e buscando compreender a cultura dos jovens residentes no bairro Guajuviras. Esta escolha metodológica supõe o desenvolvimento de um trabalho de investigação a partir do qual é necessário que o pesquisador possa interagir de forma aprofundada com o público pesquisado, possibilitando uma relação de proximidade com o campo, tendo a alteridade como premissa. Nesse método, a questão do olhar do observador ganha relevância, dado que a Observação Participante é seu principal instrumento, a partir da necessidade de inserção do pesquisador no contexto investigado (Mónico, Alferes, Castro & Parreira, 2017).

Ao focar a análise em jovens que cresceram em contextos estigmatizados como violentos, supõe-se uma

relação próxima entre seus projetos de vida e a instância da memória como substrato das identidades, do que os define como iguais e/ou diferenciados dos demais. Nesse sentido, até que ponto projetos de reorganização e revalorização comunitária incidem sobre as trajetórias de jovens que crescem e constituem suas identidades nesses locais? Cabe destacar, na concepção de Moraes (2011), que as relações sociais e os grupos de referência são elementos fundamentais na produção de sentidos, orientação de condutas e projetos, do que se apreende que tanto as vivências dos sujeitos quanto os valores socialmente atribuídos a seus modos de vida e contextos conformam memórias e subjetividades.

Com vistas a captar esses movimentos, a inserção da equipe de pesquisa no cotidiano do bairro se deu inicialmente por intermédio da Casa das Juventudes, local que concentrava jovens dos seis setores do bairro e que oferecia oficinas de *hip hop*, *funk*, música, judô, teatro e de qualificação profissional (Teixeira, 2015). A partir dos contatos estabelecidos neste local, foi possível estender a pesquisa para outros pontos. O estudo mais amplo utilizou uma triangulação de instrumentos de pesquisa, a saber: observação participante; aplicação de entrevistas semiestruturadas; e realização de grupos focais. Como produtos do projeto, foram ainda desenvolvidos uma oficina de fotografias (Raupp, 2017) e um documentário (Juventude Guajuviras).

No âmbito deste trabalho, serão focalizados os resultados da análise de entrevistas com jovens, realizadas na Casa de Juventudes e em duas escolas públicas com estudantes do turno noturno, com idades entre 18 e 29 anos de ambos os sexos. A estes foi explicado o teor da pesquisa, a voluntariedade de sua participação e garantido o anonimato mediante assinatura e consenso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As respostas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Para aferir os dados, utilizou-se a análise de conteúdo, a qual permite evidenciar percepções e representações sobre determinados objetos da realidade (Minayo, 2007). Tendo em vista o caráter qualitativo do estudo, os dados foram trabalhados de forma descritivo-exploratória, na qual a presença de números busca qualificar a descrição dos dados por meio do levantamento das percentagens das respostas dos jovens a cada categoria.

Resultados

Perfil dos jovens

Foram entrevistados 34 jovens, com idades entre 18 e 29 anos, moradores do bairro Guajuviras, dos quais 52,94% (18) nasceram no bairro citado enquanto os demais residiam de três a 23 anos no local. Em sua maioria, 61,76% (21) se autodeclararam de cor branca, 14,70% (cinco) negros, 20,58% (sete) pardos e 2,94% (um) amarelo. 76,47% (26) dos jovens residem com ambos os

genitores, 29,41% (10) somente com a mãe e os outros 8,83% (três) com os sogros.

Dos 34 entrevistados, 55,88% (19) são do sexo feminino, 41,17% (14) são do sexo masculino, 11,76% (quatro) têm filhos e 20,58% (sete) são casados ou estão em união estável. Os relacionamentos variam de nove meses a seis anos. Tratando-se de religião, 64,70% (22) têm alguma crença ou religião, sendo a maioria evangélica 35,29% (12), e o restante dividido entre: 14,70% (cinco) católicos, 5,88% (dois) espíritas, 8,83% (três) umbandistas e os outros 35,29% (12) alegaram não ter crenças religiosas.

Relações de trabalho, estudo e lazer

Esta seção aborda dados referentes a estudo, trabalho e lazer, com vistas a compreender a rotina dos jovens residentes no bairro Guajuviras e seus projetos de futuro. Estudos apontam agravos psicossociais para o fato de que jovens pobres que residem em locais periféricos, dado o contexto social, ingressam precocemente no mercado de trabalho, em geral em condições precarizadas, e abandonam mais cedo os estudos em comparação a jovens de classe média, por exemplo (Melsert & Bock, 2015).

No que se diz respeito à escolarização, constatou-se que 79,41% (27) dos respondentes cursam atualmente o ensino médio, 14,70% (cinco) estão matriculados em cursos do ensino superior e 5,88% (dois) não estão frequentando espaços de educação. Quando questionados sobre o que mais e menos gostavam nas escolas do bairro, 2,94% (um) dos entrevistados alegaram estudar em outro bairro e 11,76% (quatro) dos entrevistados declararam não gostar da escola. Os demais referiram gostar dos professores, das matérias, do trabalho voluntário e das feiras de profissões. No entanto muitas falas destacaram a precariedade das escolas do bairro devido à falta de organização, de policiamento e de uso de drogas nos arredores.

Questionados sobre a presença de violência na escola, 52,94% (18) dos entrevistados negam a presença de violência, outros referem ocorrer violência verbal, física, preconceitos e brigas entre alunos. As brigas estariam relacionadas a questões territoriais (alunos residentes em diferentes setores do bairro) ou ao tráfico/uso de drogas e ameaças.

Nesse sentido, aponta-se para o fato de que a escola pública pode ser considerada despreparada para receber os jovens na atualidade, pois, principalmente devido à escassez de investimentos, não adaptou o modelo educacional aos desafios atuais, reforçando as desigualdades e aumentando as barreiras para a conclusão dos estudos pelas classes populares. Na medida em que esse modelo não cumpre seu papel, acaba se tornando um campo particular de desafios, divergências e enfrentamentos, permeado pela produção e pela reprodução de violência nas suas mais variadas formas (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002; Amaral & Ramos, 2018; Limongi, 2015).

Os projetos de vida na esfera escolar e/ou profissional estão presentes nas falas de 100% (34) dos jovens entrevistados, inclusive dos respondentes que afirmaram, no momento da pesquisa, não estar inseridos nos sistemas educacional e laboral. Dentre os planos mais citados pelos jovens, destacam-se a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o ingresso na faculdade e a conquista de um diploma de pós-graduação.

Em relação a trabalho, 47,05% (16) exerciam função remunerada como estagiários/jovens aprendizes na Polícia Civil, em postos de gasolina e em empresas locais, e com a efetivação de vínculo empregatício, como escriturários, estoquistas de supermercado, atendentes de comércio e jovens em carreira militar. Em contrapartida, 14,70% (cinco) provinham de famílias que recebiam Bolsa Família e não trabalhavam de forma remunerada no momento das entrevistas.

Quanto a planos profissionais, destacam-se o desejo de trabalho na área policial, de segurança e de comércio, e estudo em arquitetura, artes, direito e magistério, por exemplo. Somente um entrevistado alegou não saber o que queria profissionalmente. É importante ressaltar, entretanto, que embora exista o desejo de crescimento profissional, o trabalho para os jovens parte, inicialmente, de uma necessidade, tendo em vista o contexto social em que estão inseridos e os aspectos subjetivos perpassados por imposições sociais que fomentam a desigualdade (Melsert & Bock, 2015). Nas falas dos entrevistados, destaca-se o fato de que muitos depararam com discriminação por residirem em um local estigmatizado como violento, realidade evidenciada por 58,2% (20) dos jovens.

Sim, quando digo que sou moradora do Guajuviras, as pessoas falam mal do bairro e dizem que só com colete à prova de balas. (Entrevistado)

Acho que, por eu morar no Guajuviras, as pessoas falam, acham que é bandido, mesmo que falem brincando, é discriminação. (Entrevistado)

No tocante ao lazer, refletindo características da sociedade atual, o uso de aparelhos eletrônicos, como celular, computador, e atividades como escutar música e assistir a séries e filmes foram bastante referidos. Além disso, citaram a prática de esportes e passeios a praças e *shoppings*. Como lazer, também foram citadas a Casa de Juventudes e igrejas. Questionados se participavam de grupos culturais ou esportivos, 82,35% (28) responderam que não, demonstrando que a maioria dos jovens do bairro não aderiu aos equipamentos sociais ofertados pelo Projeto Território da Paz.

No Brasil, os indicadores sobre equipamentos culturais demonstram falta de espaços de lazer e cultura para os jovens pobres (Castro & Abramovay, 2002). A distribuição de equipamentos culturais é desigual entre as áreas da cidade e nas comunidades pobres é

insuficiente, o que afasta essa população da oportunidade de conhecimento amplo e lazer (Abramovay et al., 2002).

Jovens que vivem em situações de pobreza e de violência têm seus desejos atravessados, cotidianamente, por uma realidade que limita suas perspectivas de futuro (Limongi, 2015). A desigualdade social, assim, aparece como fator estruturante das relações e dos movimentos que os jovens fazem para alcançar seus objetivos de vida (Melsert & Bock, 2015). Também ressalta-se o fato de que, ao terem sua imagem e sua identidade associada à periculosidade, os jovens pobres de periferia têm acesso restrito a trabalho e educação de qualidade, fator que prejudica sua desenvolvimento e sua inserção social (Rizzini & Limongi, 2016).

História e a atualidade do bairro sob o ponto de vista dos jovens

Nesta seção, identificaram-se o cotidiano e as representações dos jovens sobre o bairro, perpassando temas como a história do local, as trajetórias cotidianas, a violência e a discriminação. No que se refere ao conhecimento da história do bairro, 29,41% (10) entrevistados declararam não a conhecer, enquanto 70,58% (24) citaram fatos importantes, como referências à formação do local e origem do nome do bairro, que proveio da presença de árvores Guajuviras (*Patagonula americana L.*) no local. Dentre os entrevistados que conhecem a história do Guajuviras, poucos sabem que sua origem partiu de uma invasão: *“Todo mundo invadiu, era uma fazenda, não tinha nada. Meu avô morou lá desde o começo”* (Entrevistado); *“Era uma fazenda invadida. Habitação que nunca foi entregue, e se deu a invasão”* (Entrevistado).

Ainda sobre o bairro, questionados sobre os locais que gostam de frequentar 14,70% (cinco) dos entrevistados relatam não frequentar nenhum lugar no Guajuviras, enquanto os demais mencionam frequentar praças, supermercados, escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), o Setor 6 e a Casa de Juventudes. Quando interrogados sobre se gostam do local, 76,47% (26) afirmaram gostar de viver ali, embora, para 70,58%, o bairro seja violento: *“Eu gosto do bairro, cresceu muito nos últimos anos desenvolvendo o comércio, o mercado Rocha abrindo de madrugada, porém ainda é violento”* (Entrevistado).

As sensações de insegurança e a presença da violência no cotidiano são muito presentes nos discursos dos jovens, os quais apontam pontos específicos do bairro como especialmente perigosos, como o Loteamento Comtel e o Setor 6. O tema violência é sempre permeado pela questão do tráfico de drogas e pela preocupação das famílias sobre esta questão: *“Muito violento. Olhar para uma pessoa já é motivo de violência. Tudo é motivo para violência”* (Entrevistado); *“É, bastante homicídio, assalto não é tanto. Tráfico de drogas e policiamento abusivo”* (Entrevistado).

Quando inquiridos se já presenciaram ou foram vítimas de violência no bairro, as respostas mostram a presença desses acontecimentos no cotidiano, sendo

que 44,11% (15) alegaram que não, enquanto 52,94% (18) afirmaram ter presenciado ou terem sido vítimas de situações de violência. Do total, 50% (17) havia perdido um ente próximo devido à violência no bairro, dos quais 17,64% (seis) eram familiares, 23,52% (oito) amigos e 2,94% (um) vizinhos. Os motivos citados foram o envolvimento com tráfico de drogas, assaltos e brigas: “Um vizinho assassinado na esquina de casa, e perdi um primo que morreu com 17 anos por conta de um grupo jovem que passou atirando” (Entrevistado); “Perdi uma colega com 11 anos, estuprada” (Entrevistado).

Nesse aspecto, Rizzini e Limongi (2016) destacam que a violência é um fenômeno social complexo e que, para compreendê-lo, é necessário considerar aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, psicossociais. Para os habitantes do Guajuviras, o tema violência se mostra nos mais diversos aspectos, e uma das formas nas quais se expressa mais concretamente é na ausência da liberdade de ir e vir, identificada, por exemplo, quando os entrevistados confirmam que não frequentam alguns pontos do bairro por receio:

A mãe não gosta que eu saia para rua, ela sempre tenta mudar minha opinião. Mas eu não gosto de andar por aqui no Guajuviras, vou para outros bairros e também para Porto Alegre. (Entrevistado)

Quando convidam para festas no setor seis, eu não vou. Tem rixa com o setor 4B e os lá de baixo. (Entrevistado)

Segundo os relatos, não usufruem de áreas de lazer por medo, como explicita um dos entrevistados quando questionado se havia algum lugar no bairro que não frequentava: “Sim, praças e locais abertos ao público. Não tenho confiança em andar nesses meios”. O estranhamento que os jovens do Guajuviras percebem em relação a si por parte dos demais moradores da cidade os leva a um processo de anulação nas diversas esferas de suas vidas.

As dificuldades que os jovens enfrentam por depararem com a violência como algo cotidiano causa prejuízos para sua saúde e desenvolvimento integral. Sabe-se que os moradores das periferias são os mais atingidos, dada a presença ostensiva de diversos fatores relacionados à vulnerabilidade social em seu dia a dia, tais como a visibilidade ostensiva do tráfico de drogas, a convivência com áreas de miséria, além do pouco apoio institucional, pois acessam serviços de saúde e educação muitas vezes precários ou têm dificuldades de acessá-los (Rizzini & Limongi, 2016).

Relações com os agentes de segurança pública

Nas questões relativas às relações com a polícia, emergiram temas como violência policial nas abordagens e negligência no policiamento. Interessava saber se

houve melhorias nessa relação, pois um dos objetivos do programa Território de Paz era a diminuição dos índices de jovens envolvidos com atividades ilícitas e situações de violência (Kerber & Pazinato, 2013; Teixeira, 2015). Porém, segundo as falas dos entrevistados, o projeto não alcançou tal objetivo.

Nunca presenciei violência no bairro por parte deles, mas sei que alguns são mais violentos. Mas eu entendo que seja o trabalho deles, e eles pegam jovens com drogas, e isso não é certo. Mas eu acho que não é a violência que acaba com a violência. (Entrevistado)

Os policiais hoje em dia olham o jeito de se vestir, tem uns mais truculentos, e o que é para fazer não fazem, parece que só passam quando estão de farda nova ou de viatura nova. Acho que não é boa, quando eu olho para eles fico nervosa. (Entrevistado)

Nota-se, nesses trechos, que os policiais são percebidos como agentes de punição e recriminação, não sendo possível efetivar um diálogo horizontal, capaz de produzir respeito e aproximação mútua. Reafirma-se aqui dinâmica já normalizada no Brasil, na qual “em muitas cidades brasileiras, jovens que se assemelham ao estereótipo do criminoso sofrem preconceito e violências como a repressão, o encarceramento e o extermínio, revelando o estigma que o jovem de periferia carrega” (Trassi & Malvasi, 2010).

O preconceito com as juventudes de periferia é tão arraigado que, em alguns casos, aparece como naturalizado, como se o fato de residir na periferia fosse um fator que valida a violência e a exclusão social. Nesse aspecto, é importante citar a pesquisa de Ramos e Musumeci (2005), a qual investigou os mecanismos e critérios de construção da suspeita por parte de policiais, procurando verificar a possível influência de filtros sociais e raciais na definição dos elementos suspeitos.

Os resultados apontam que a ação policial é orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino e negro, devido aos estigmas direcionados aos jovens pobres e negros (Cara & Gauto, 2007). No discurso dos entrevistados, percebe-se o descaso da polícia quanto à segurança do bairro, pelo conteúdo que emerge em suas falas, a ausência do olhar cuidador da polícia os atinge da mesma forma que os excessos cometidos por esse órgão.

Depende do jovem, policia hoje em dia não tem muito o que fazer. Nem adianta ligar ou falar, ela nem dá mais bola. (Entrevistado)

Não falo mal da polícia, mas alguns policiais não estão adequados à corporação e se passam, abusam. (Entrevistado)

Essa relação produz um sentimento de vulnerabilidade e de falta de justiça, aliando ao

crescimento de um medo social e da impotência da autoridade pública para garantir a segurança (Souza & Minayo, 2017): “*Já mataram dois amigos meus do meu lado, estávamos fumando, foi de repente. E até hoje estou calado, eu não posso falar muito, se eu abrir minha boca, posso morrer*” (Entrevistado)

Quando o motivo da abordagem aos jovens é o uso de drogas e a ação dos policiais em um bairro estigmatizado pela relação com o tráfico, percebe-se que, apesar das mudanças recentes da Lei nº 11.343 (Brasil, 2006), que despenalizaram o uso, o usuário ainda é tratado como um inimigo a ser combatido: “*Sim, várias vezes já briguei e já apanhei da polícia também. Eu tava com um negocinho assim, uma maconha, daí eles me deram um tapa na cabeça e um soco nas costas e me dispensaram*” (Entrevistado).

Dadas as várias formas de violência relatadas pelos jovens, é necessário questionar a efetividade de um programa comunitário que, apesar de atuar por sete anos no local, não promoveu meios para melhorar a relação com a polícia. Conforme Cara e Gauto (2007), a capacidade de resistir a essa violência depende do tipo de suporte que os jovens têm dentro da família e da própria comunidade. Acolhimento e proteção são fatores importantes nesse processo. O medo e a violência que convivem nessas áreas, principalmente nos meios urbanos do país, são provocados não só por membros da comunidade, mas também por policiais, sendo essa a origem da grande desconfiança da população em relação a eles.

O Território de Paz do bairro Guajuviras

Durante conversas informais com frequentadores da Casa de Juventudes, percebia-se que o projeto Território de Paz não foi uma construção dos órgãos públicos com a comunidade. Essa impressão se confirmou nas entrevistas, em que 61,76% (21) afirmaram não conhecer ou não saber explicar o que é, enquanto 38,23% (13) demonstraram algum conhecimento sobre o projeto: “*Local calmo, sem violência*” (Entrevistado); “*Não conheço, porque essas coisas são pouco divulgadas*” (Entrevistado).

Quando interrogados sobre a existência ou não de mudanças após a implantação do projeto, 26,47% (nove) afirmaram não notar mudanças, enquanto, para 70,58% (24), a violência diminuiu no início da implantação do Território de Paz, mas com o tempo retornou. Creditam a diminuição inicial da violência à implantação de câmeras e ao maior número de policiais na rua: “*Antigamente havia mais mortes*” (Entrevistado); “*Deu uma acalmada, quando era criança tinha muita violência, depois acalmou, e agora voltou*” (Entrevistado).

A impressão negativa de alguns jovens a respeito do projeto acaba por afastá-los dele. Destaca-se, nesse sentido, como fundamental para a implantação de políticas e projetos que contemplem a juventude o estabelecimento de canais democráticos de interação e participação juvenil. Por esse viés, o projeto em análise mostra-se como mais um

exemplo de formulação de políticas definidas em um quadro de distanciamento do Estado em relação à sociedade que rebaterão diretamente sobre a forma como essas políticas vão equacionar suas relações com os segmentos juvenis. (Favero, Spósito, Carrano & Novaes, 2007).

Quando indagados acerca de quais ações deveriam ser realizadas para melhorar os aspectos negativos apontados durante as entrevistas, os jovens demonstram ter opiniões claras e muito o que contribuir para a formulação de políticas públicas, clamando por mais segurança, mais policiais nas ruas, mais câmeras de segurança e sensores de tiros.

Além das sugestões relacionadas ao policiamento, destaca-se que, apesar de vivenciarem a violência como algo imediato, acreditam que só com investimentos mais amplos surgiriam formas realmente eficazes de enfrentamento. Nesse sentido, a educação de qualidade é reivindicada como o melhor caminho para o alcance da paz (Melsert & Bock, 2015).

A curto prazo, a intensificação policial. A longo prazo, investir em escola, se a pessoa estuda, não vai entrar no mundo do crime. (Entrevistado)

Aplicar no ensino investimentos. Manter os pequenos e jovens ocupados, reforçar o policiamento, mas com uma polícia boa. (Entrevistado)

Considerações finais

A juventude não conforma uma categoria unívoca, mas um construto social. Não se trata, portanto, de uma essência e, em tal sentido, a mutabilidade dos critérios que fixam os limites e os comportamentos do juvenil estão necessariamente vinculados aos contextos sócio-históricos, produto das relações de força em determinada sociedade (Meireles, 2016; Reguillo, 2003). Cabe à psicologia atentar-se ao processo da identidade social de moradores de regiões periféricas, que coexistem com a realidade opressora e por práticas invisíveis que reforçam o estigma e os estereótipos social e culturalmente construídos, como pôde ser observado nas entrevistas realizadas com os jovens do Guajuviras (Moura & Ximenes, 2016).

Consideramos que este estudo demonstrou que, mesmo após a implantação do projeto Território de Paz, os moradores do Guajuviras ainda sofrem com a violência, o estigma e o preconceito. Um estudo realizado há quase vinte anos já apontava que a imagem dos moradores do local não era confiável para boa parcela da população de Canoas. (Penna, 1998). Na atualidade, essa situação se agrava quando o foco são os jovens pobres, pois, além dos danos físicos e psicológicos ocasionados por traumas, conflitos e pelo sentimento de insegurança, ao terem sua imagem associada ao crime, ocorre um distanciamento social que dificulta o acesso a direitos como saúde, educação de qualidade e entrada no mercado de trabalho, prejudicando sua inserção social.

Os resultados deste trabalho focaram nas percepções dos entrevistados sobre as mudanças que ocorreram com a inserção do projeto Território de Paz e como essas mudanças alteraram escolhas que realizaram em suas vidas. A escolha pelo foco na juventude partiu de uma visão na qual os jovens não são considerados apenas sujeitos vulnerabilizados, que a qualquer descuido podem ser cooptados pelo tráfico de drogas, mas são atores sociais dotados de sonhos e expectativas, que buscam realizar seus anseios, mesmo vivenciando um contexto violento e desigual (Peralva, 2007). São jovens que diariamente constroem estratégias para resistir à violência e que têm propostas para mudar esse cenário.

Na análise das entrevistas, percebe-se que o projeto em foco não foi construído a partir de um diálogo ampliado com a comunidade e muito menos com os jovens, pois mesmo os que frequentavam a Casa de Juventudes não sabiam explicar o que de fato é o Território de Paz. Portanto o desafio ainda é inscrever as políticas focadas na juventude

em uma pauta ampliada de direitos de caráter universal, que transversalize áreas como saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, segurança (Spósito & Rodrigues, 2003).

Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação dessas ações (Spósito & Rodrigues, 2003). Nesse caminho, é necessário evitar a orientação clássica de programas que caracterizam os jovens como um problema social diante dos quais devem debruçar-se os esforços de reintegração social, sem que sejam consideradas suas especificidades e vivências. (Raupp & Milnitsky-Sapiro, 2005).

Consideramos que escutar os jovens a respeito de assuntos que os afetam de maneira tão contundente seja um importante instrumento de análise dos contextos nos quais estão inseridos. É também um elemento fundante para implementar políticas e estratégias voltadas para suas reais necessidades, assim como para a garantia de seus direitos e efetiva proteção (Rizzini & Limongi, 2016).

“Speaking of peace where there is none”: representations of community life among young people living in a peaceful territory

Abstract: This ethnographic study verified the effects of the Território da Paz project on the daily life, community experiences and life projects of adolescents and young adults in the Guajuviras, Canoas, RS, marked by drug trafficking, violence and stigma. Content analysis was conducted on semi-structured interviews with 34 young individuals (18 and 29 years old) living in the region regarding topics related to work, study, leisure, and their perceptions about the neighborhood and the project. This study pointed to the importance of working in public policies while taking into account youths' ways of life, as the majority of respondents had their lives affected by violence and did not perceive the project's effectiveness after its implementation despite being the main target audience.

Keywords: violence, youth, identity, public policy.

“Ils parlent de paix lorsqu'il n'y a pas” : représentations de la vie communautaire chez les jeunes vivants dans un territoire de paix

Résumé : Étude ethnographique visant à comprendre les effets du projet Territoire de Paix sur la vie quotidienne, les expériences communautaires et les projets de vie des jeunes du quartier Guajuviras, situé à Canoas / RS et marqué par le trafic de drogue, la violence et la stigmatisation. Les résultats ont été recueilli de l'analyse du contenu des entretiens semi-structurés avec 34 jeunes (âgés de 18 à 29 ans) vivant dans le quartier. Les interviews ont porté sur des thèmes liés au travail, aux études, aux loisirs et aux perceptions du quartier et du projet Territoire de Paix. Les résultats souligne l'importance de construire les politiques publiques d'une manière qui soit sensible aux modes de vie des jeunes, soulignant que la plus part des répondants avaient été victimes de violence et ne percevaient pas l'efficacité des actions après la mise en œuvre du projet qui les avait comme leur principal public cible.

Mots-clés : violence, jeunesse, identité, politiques publiques.

“Hablan de la paz donde no hay”: representaciones de la vida comunitaria entre los jóvenes residentes en un territorio de paz

Resumen: Este estudio etnográfico tuvo como objetivo comprender los efectos del proyecto Territorio de la Paz en la vida cotidiana, las experiencias comunitarias y los proyectos de vida juvenil en el barrio de Guajuviras, ubicado en Canoas (RS, Brasil), y marcado por el tráfico de drogas, la violencia y el estigma. El estudio se centrará en los resultados del análisis de contenido de las entrevistas semiestructuradas con 34 jóvenes (entre 18 y 29 años de edad) que viven en el barrio en cuanto a temas relacionados con el trabajo, el estudio, el ocio y las percepciones sobre el vecindario y el proyecto Territorio de la Paz. Se apunta

la importancia del trabajo con políticas públicas de una manera que sea sensible a las formas de vida de los jóvenes al señalar que la mayoría de los encuestados tuvieron sus vidas afectadas por la violencia y no percibieron su efectividad después de la implementación del proyecto que los tuvo como público objetivo.

Palabras clave: violencia, juventud, identidad, políticas públicas.

Referências

- Abramovay, M., Castro, J. G., Pinheiro, L. D. C., Lima, F. D. S., & Martinelli, C. D. C. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília, DF: Unesco.
- Abramovay, M., & Esteves, L. C. G. (2007). Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In M. Abramovay, E. E. Andrade, & L. C. G. Esteves, *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade* (pp. 19-55). Brasília, DF: Unesco.
- Amaral, D. E., & Ramos, J. (2018). Mediação de conflitos no ambiente escolar para promover a cultura de paz. *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*, 8(21), 24-44. doi: 10.32335/2238-0426.2018.8.21.1072
- Anhas, D. D. M., & Castro-Silva, C. R. (2018). Potência de ação da juventude em uma comunidade periférica: enfrentamentos e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2927-2963. doi: 10.1590/1413-81232018239.16522018
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Bock, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 63-76. doi: 10.1590/S1413-85572007000100007
- Brasil (2006). *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Brasília, DF. Recuperado de <https://bit.ly/33DTJkv>
- Brasil (2013). *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Brasília, DF. Recuperado de <https://bit.ly/3hzujcN>
- Cara, D., & Gauto, M. (2007). Juventude: percepções e exposição à violência. In M. Abramovay, E. E. Andrade, & L. C. G. Esteves, *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade* (pp. 171-196). Brasília, DF: Unesco.
- Castro, M. G., & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, (116), 143-176. doi: 10.1590/S0100-15742002000200007
- Cidades Sustentáveis. (2010). *Um “Território de Paz” nasce dentro da cidade*. Recuperado de <https://bit.ly/2Rv65Wm>
- Cidades Sustentáveis (2015). *Canoas: Território de Paz*. Recuperado de <https://bit.ly/2H51iIN>
- Cruz, L., Guareschi, N., & Battistelli, B. (2018). As políticas públicas no Brasil atual: diálogos intersetoriais e seus desafios. *Revista Polies e Psique*, 8(3), 1-6. Recuperado de
- Favero, O., Spósito, M. P., Carrano, P., & Novaes, R. R. (Orgs.). (2007). *Juventude e contemporaneidade*. Brasília, DF: Unesco.
- Gamalho, P., & Heidrich, A. L. (2012). “A gente é da vila, mas não é bandido!” O lugar e a juventude nas representações sociais dos jovens do bairro Guajuviras – Canoas/RS. *Revista Para Onde!?*, 6(1), 57-63. Recuperado de <https://bit.ly/35KjF0q>
- González, R. S. (2015). Políticas públicas para a infância no Brasil: análise do processo de implementação de um novo modelo. *Pensamento Plural*, 16, 25-45. Recuperado de <https://bit.ly/3c4ZIYM>
- Kerber, A. O., & Pazinato, E. (2013). Muitas cabeças, muitas sentenças: uma mirada acerca das representações sociais das juventudes do bairro Guajuviras (Território de Paz) na cidade de Canoas/RS. *Diálogos Possíveis*, 13(1), 75-101. Recuperado de <https://bit.ly/3c4ZwDq>
- Limongi, N. D. S. (2015). *Vivência da juventude em meio à violência urbana: a experiência de ser jovem em uma favela no Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Meireles, R. T. B. (2016). *O que dizem os invisíveis: memórias e representações sociais dos adolescentes sobre violência e uso de drogas* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA.
- Melsert, A. L. D. M., & Bock, A. M. B. (2015). Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. *Educação e Pesquisa*, 41(3), 773-789. doi: 10.1590/S1517-9702201507135302
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (10a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Mônico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In *Anais do 6º Congresso Ibero-Americano de investigação Qualitativa* (pp. 724-733). Salamanca, ES: Departamento de Didáctica, Organización y Métodos de Investigación de la Universidade de Salamanca.
- Moraes, N. A. (2011). Memória social: solidariedade orgânica e busca de sentidos. In J. Gondar & V. Dobei, *O que é memória social?* Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Moreira, J. O., Rosário, A. B., & Santos, A. P. (2011). Juventude e adolescência: considerações preliminares. *PSICO*, 42(2), 457-464. Recuperado de <https://bit.ly/3mvKzPx>
- Moura, J. F., Jr., & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 76-83. doi: 10.1590/1984-0292/1051
- Penna, R. (1998). *Canoas, para lembrar quem somos: Guajuviras*. Canoas, RS: Unilasalle.

- Peralva, A. (2007). O jovem como modelo cultural. In O. Favero, M. P. Carrano, & R. R. Novaes (Orgs.), *Juventude e contemporaneidade* (pp. 13-27). Brasília, DF: Unesco.
- Ramos, S., & Musumeci, L. (2005). *Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Raupp, L. M. (2006). *Adolescência, drogadição e políticas públicas: Recortes no contemporâneo* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Raupp, L. (2017). Juventude, Memória e Violência: pesquisa-ação no Bairro Guajuviras. *Mouseion*, 25, 91-112. doi: 10.18316/1981-7207.16.40
- Raupp, L., & Milnitsky-Sapiro, C. (2005). Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes: o caso da drogadição. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 60-68. doi: 10.1590/S0104-12902005000200007
- Reguillo, R. (2003). Las culturas juveniles um campo de estudio: Breve agenda para la discusión. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 103-117. doi: 10.1590/S1413-24782003000200008
- Rizzini, I., & Limongi, N. D. S. (2016). Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. *Katálysis*, 19(1), 34-40. doi: 10.1590/1414-49802016.00100004
- Silva, R. S. D., & Silva, V. R. D. (2011). Política nacional de juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 24(63), 663-678. doi: 10.1590/S0103-49792011000300013
- Silvério, L. J. M., & Medeiros, M. S. S. (2011). A interface da violência no processo de escolha do Território da Paz do Grande Bom Jardim pelo Pronasci: A mediação comunitária como alternativa pacífica na resolução de conflitos. In *III Seminário internacional violência e conflitos sociais: Ilegalismos e lugares morais* (pp. 54-63). Fortaleza, CE: Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará.
- Souza, E. R. D., & Minayo, M. C. D. S. (2017). Segurança pública num país violento. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(3). doi: 10.1590/0102-311x00036217
- Spósito, M. P., & Rodrigues, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 16-39. doi: 10.1590/S1413-24782003000300003
- Takeiti, B. A., & Vicentin, M. C. G. (2016). Jovens (en) cena: Arte, cultura e território. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 24(1), 25-37. Recuperado de <https://bit.ly/2HbHIEv>
- Teixeira, P. D. S. (2015). *Aspectos punitivos em políticas públicas: Análise do Pronasci e dos projetos do Território de Paz do bairro Guajuviras, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Trancoso, A. E. R., & Oliveira, A. A. S. (2016). Aspectos do conceito de juventude nas ciências humanas e sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 278-294. Recuperado de <https://bit.ly/2ZKOP47>
- Trassi, M. D. L., & Malvasi, P. A. (2010). *Violentamente pacificados: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo, SP: Cortez.

Recebido: 03/12/2019

Aprovado: 09/09/2020